

A Dialética do Mercado Mundial e O Colonialismo Interno sob a ótica da teoria marxista da dependência

Hugo F. Corrêa¹
Marcelo Dias Carcanholo²

É relativamente conhecido o fato de que Marx não teve tempo para concluir o plano de sua obra sobre a crítica da economia política, por mais que esse plano tenha se alterado em vários momentos de sua vida. Assim, não é recorrendo unicamente a seus textos que uma teoria social marxista com a preocupação de tratar o desenvolvimento desigual das legalidades do capitalismo, tanto em diferentes espaços geográficos, como em distintos momentos históricos, conseguirá tratar adequadamente de temas como (neo)colonialismo, dependência, questão nacional, mercado mundial, entre outras³.

Mas, por outro lado, uma teoria marxista sobre esses assuntos deve, necessariamente, partir da teoria de Marx sobre o valor-capital. Isto porque qualquer que seja a manifestação histórica e/ou espacial das legalidades do capitalismo, elas aí estarão presentes e, portanto, a teoria de Marx sobre elas tem muito a nos dizer. Uma dessas legalidades do funcionamento do valor-capital é sua necessidade de expansão ampliada por toda a economia mundial⁴. E nisto, ainda que de forma não acabada, a obra de Marx pode nos ajudar.

O próprio autor tinha isso claro em seu plano para a *Crítica da Economia Política*, quando salienta que no último livro da obra dever-se-ia tratar do mercado mundial e das crises: “o mercado mundial, a conclusão, em que a produção é posta como totalidade, assim como cada um de seus momentos; na qual, porém, todas as contradições simultaneamente entram em processo. *O mercado mundial, portanto, constitui ao mesmo tempo o pressuposto e o portador da totalidade*” (Marx, 2011:170-171, grifos nossos).

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF).

² Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-Marx/UFF).

³ É provável que o plano mais conhecido de Marx para *O capital* seja aquele citado por Rosdolsky (1978: 83), que incluía o *mercado mundial* como tema do sexto e último livro da obra. Além da obra clássica de Rosdolsky, uma discussão interessante sobre os diversos planos de Marx para a obra pode ser encontrada em Deus (2015).

⁴ O caráter necessariamente mundial do desenvolvimento das leis do capitalismo, ainda que de forma dialética (desigual) é algo que estava incluído no plano da obra de Marx. Sobre isso pode-se consultar Marx (2011), Rosdolsky (1978) e Pradella (2015). Montoro (2014), de sua parte, contém uma análise do caráter necessariamente mundial da lei do valor, assim como de suas formas concretas históricas nos distintos momentos históricos do capitalismo.

De um ponto de vista mais geral, as diversas formas de inserção de cada economia/região é o que define seu caráter imperialista ou dependente. Se ela influencia a dinâmica da acumulação mundial naquele momento, ou se tem que responder dialeticamente a essa mesma dinâmica, é o que a caracteriza como imperialista ou dependente, respectivamente.

Em determinações mais concretas, trata-se de analisar as situações específicas, estruturais e conjunturais, em um determinado momento histórico do capitalismo, da forma específica como o processo de valorização de capital está se manifestando, e como as distintas economias se inserem nesse contexto. Entretanto, as determinações mais abstratas da lei do valor-capital ali estarão, ainda que em suas manifestações concreto-históricas. Um rigoroso entendimento da teoria do valor (capitalismo) de Marx é, portanto, um passo obrigatório.

O valor é a forma pela qual os indivíduos se relacionam socialmente, por intermédio da compra e venda das mercadorias que possuem, segundo seus valores. Muito mais do que uma mera expressão quantitativa do preço, forma aparente do valor, este último é a forma estranhada (alienada) a partir da qual as relações sociais no capitalismo se determinam de forma indireta, mediada. Mas mesmo quando se restringem ao chamado aspecto quantitativo da teoria do valor de Marx – a determinação da magnitude de valores/preços – análises, por vezes bastante renomadas, revelam um surpreendente desconhecimento do autor⁵.

Ao contrário do que pensa a interpretação mais difundida da teoria do valor de Marx, a lei do valor não significa que as mercadorias são vendidas por seus valores, no sentido de que os preços correspondem quantitativamente aos valores. Em determinado momento de sua exposição em *O Capital*⁶, Marx percebe que as mercadorias não são vendidas por seus valores, nem poderiam sê-lo, ainda que o sejam! Esta conclusão, aparentemente uma contradição da teoria de Marx, constitui, na verdade, uma contradição da própria realidade do valor, do capitalismo, e deve, assim, ser tratada como tal por uma teoria que procure entender seu objeto.

⁵ Aqui as referências são inúmeras, quase todas elas se assentando em uma interpretação economicista de Marx, segundo a qual, preços e valores seriam quase sinônimos. Esta ideia muito mais próxima da teoria de Ricardo do que de Marx pode ser encontrada, por exemplo, em Sweezy (1945).

⁶ Nas raras vezes em que se percebe isto, atribui-se apenas ao capítulo do livro III em que Marx trata da chamada transformação dos valores em preços de produção. Entretanto, essa ideia já está presente desde o início de sua exposição. A razão para isso é simples. Como é algo que faz parte da própria realidade capitalista, é algo que está, ainda que em suas determinações mais abstratas, desde o início da exposição, desde o valor no início do livro I.

A lei (teoria) do valor em Marx não significa que os preços de mercado corresponderão quantitativamente aos valores das mercadorias. A troca de equivalentes (lei do valor), de acordo com a teoria de Marx, significa que o valor é o centro em torno do qual flutuam os preços de mercado, determinando/explicando, portanto, essa flutuação. Voltaremos ao assunto no momento em que caracterizarmos uma categoria fundamental para a teoria marxista da dependência, a transferência de valor. Por enquanto, nosso objetivo é destacar que a lei do valor (troca de equivalentes) em Marx é, em sua determinação mais abstrata, a lei geral do modo de produção capitalista. Dito de outra forma, as leis gerais – e de tendência – do modo de produção capitalista são, todas elas, desdobramentos dialéticos mais concretos da mesma lei do valor. Em segundo lugar, como essas leis se manifestam distintamente a depender da conjuntura, do momento histórico e/ou do grau de desenvolvimento capitalista em determinada região, a categoria *mercado mundial* em Marx, em um nível mais concreto, é crucial para entender nosso objeto de estudo.

Não se pode confundir essa categoria como simplesmente um mercado em escala global. Quando Marx se refere ao mercado, não está tratando de um espaço específico onde indivíduos, eventualmente, compram e vendem suas mercadorias. Mercado (ou circulação de mercadorias) para ele é a totalidade das trocas em uma economia mercantil-capitalista. Nesta sociedade capitalista, os indivíduos não possuem a liberdade de decidir conforme suas vontades absolutas, ir ou não ao mercado (mundial) para, ocasionalmente, comprar ou vender mercadorias. Na sociedade capitalista, os seres humanos são obrigados, para que existam nessa sociedade, a comprar e vender mercadorias. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, esses indivíduos produzem apenas uma parte do que necessitam para sobreviver, no melhor dos casos. São obrigados, por consequência, a obter as outras mercadorias na circulação, obrigando-se também, portanto, a ofertar suas mercadorias em troca.

Isso tudo significa, por um lado, que o trabalho privado, no capitalismo, só é reconhecido, ou não, como parte do trabalho social, se o produto é reconhecido/validado pela troca, e, por outro lado, que os indivíduos se relacionam uns com outros por intermédio da compra/venda de mercadorias, e não diretamente como seres sociais, como vimos. Trata-se de uma sociabilidade obrigatoriamente mercantil. Quando Marx se refere ao *mercado mundial*, ele está tratando dessa sociedade onde os seres humanos se relacionam socialmente de forma mediada/estranhada, o capitalismo. Em Marx, *mercado mundial* representa *capitalismo mundial*, as leis gerais de tendência que

constituem o capitalismo em escala mundial, desenvolvidas de forma necessariamente desigual.

O autor é explícito quanto a isso:

“O capital, portanto, da mesma maneira que, por um lado, tem a tendência de criar continuamente mais trabalho excedente, tem a tendência complementar, por outro, de criar mais pontos de troca; (...) no fundo de propagar a produção baseada no capital ou o modo de produção que lhe corresponde. A tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito do capital” (Marx, 2011: 332, grifos do autor).

Embora o resgate da teoria social de Marx seja necessário para o entendimento do nosso objeto, não é suficiente, como querem alguns marxistas pretensamente ortodoxos – talvez fosse melhor caracterizá-los como dogmáticos – por duas razões óbvias. Por um lado, o próprio caráter inconcluso da obra do autor obriga quem a toma como referência a desenvolvê-la. Por outro lado, como não se trata de uma tradição idealista, onde o desenvolvimento teórico dos conceitos se desdobra, dialeticamente ou não, dos anteriores, mas de uma perspectiva materialista, onde as categorias, níveis de determinação, mediações, fazem parte da realidade, o desenvolvimento teórico só é possível a partir do desenvolvimento processual da realidade. Novas questões e categorias só são passíveis de serem apreendidas teoricamente porque a realidade assim se apresentou. Como o capitalismo manifesta suas legalidades através das conjunturas históricas específicas, o desenvolvimento da teoria social de Marx torna-se necessário a partir do próprio desenvolvimento da história do capitalismo. Isso não poderia ser uma tarefa de Marx, ou dos marxistas ao longo do tempo, mas de todos eles, cada um em seu momento, incluindo o tempo presente.

A Teoria Marxista da Dependência: categorias e questões centrais

É precisamente posto nesse plano de interpretação que se pode compreender o sentido da Teoria Marxista da Dependência. Para esta, a referência teórica principal continua a ser o artigo seminal de Ruy Mauro Marini (2005), escrito ainda na virada dos 1970, que se inicia precisamente com uma séria advertência metodológica dirigida tanto contra o dogmatismo que engessava análises marxistas e pretendia aplicar à realidade latino-americana um sistema conceitual preconcebido, quanto àquelas análises que, em contraposição, recorriam a um ecletismo teórico que terminava por embaçar sua análise concreta.

A questão de fundo, que torna fundamental a advertência de Marini, é a percepção de que o movimento de universalização da produção capitalista não apaga no plano concreto as diferenças entre as formas de operação assumidas em distintas regiões, mas as subsume, com todas as suas particularidades ou singularidades, à dinâmica do capital. Daí a conclusão de que a realidade latino-americana apresentava um “capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto” (Marini, 2005: 138).

Desde essa perspectiva, o capitalismo dependente particulariza-se porque sua integração ao mercado mundial (isso é, à produção capitalista) molda a forma de suas próprias relações de produção. Historicamente o fenômeno esteve associado ao modo como inseriu-se, pela produção de gêneros alimentícios e matérias-primas com preços rebaixados, para alimentar a formação da grande indústria nos centros imperialistas. Para isso, pôde apoiar-se na relativa irrelevância dos trabalhadores internos enquanto consumidores dos valores de uso produzidos (realizados alhures), para configurar o que Marini chamou de superexploração da força de trabalho. Mas longe de se tratar de um mecanismo meramente histórico (ultrapassado), a superexploração converte-se em tendência estrutural, sempre associada diretamente à própria transferência de valores a que se vêm submetidas as economias dependentes.

Duas questões impõem-se aqui. Primeiro, em termos gerais, é preciso compreender o significado da *transferência de valores* a que se fez referência. Não se trata apenas da “exploração” ou da apropriação das riquezas de um povo por outro como se pode supor estar implícito na própria dinâmica colonial. As transferências de valores, chamadas por Marini de “troca desigual”, refletem um elemento básico da dinâmica das trocas no capitalismo: o fato de que a força produtiva do trabalho social se imponha como primeiro critério de distribuição do mais-valor extraído dos trabalhadores.

Aqui é preciso ter presente nossa advertência anterior sobre a relação entre preços e valores e lembrar que, mesmo no grau mais elevado de abstração em que Marx trabalha no livro I de *O capital* essa questão se faz presente – notadamente quando se observa que no movimento da concorrência entre os distintos capitais há a possibilidade de capitais que comandam um trabalho de produtividade mais elevada apropriarem-se de um mais-valor extraordinário. Ao observar, já no livro III, que esse movimento da concorrência tende a criar também a nivelção da taxa de lucro, Marx demonstra reiteradamente como, mesmo entre ramos distintos da produção capitalista, a utilização de trabalho potenciado, permite aos capitais investidos em ramos de composição

superior apropriarem-se de uma magnitude de valor que supera o mais-valor extraído por eles⁷. Agora, se observamos a questão num plano mais concreto e projetamos essa determinação sobre um plano geográfico marcado pelas inúmeras fronteiras nacionais, o que poderíamos ver é o modo como o mais-valor tende a se distribuir desigualmente entre os países, tendencialmente privilegiando aqueles que possuem maior produtividade, ou mais precisamente os capitais de maior composição (mais frequentemente) sediados em países que se caracterizarão como imperialistas⁸.

Assim, em termos muito sintéticos, a produção capitalista impõe aos países dependentes uma sistemática transferência de parte do (mais) valor ali produzido. Isso faz com que, em segundo lugar, a acumulação de capital nos países dependentes passe a ter como elemento constitutivo a superexploração da força de trabalho: um mecanismo de compensação à transferência de valor que se manifesta pela imposição aos trabalhadores de (i) jornadas de trabalho mais longas, (ii) mais intensas ou (iii) da remuneração destes por valor inferior ao valor da força de trabalho – i.e., o valor necessário à reprodução da força de trabalho em condições normais, significando, portanto, um “assalto” ao fundo de consumo, ou mesmo ao fundo de vida, da classe trabalhadora e redundando em seu desgaste prematuro.

Esse é, diríamos, o segredo da famosa fórmula de Andre Gunder Frank (1967) de que o desenvolvimento latino-americano, como proposto nas formulações teóricas e políticas do pós-guerra (com especial atenção para os esforços de industrialização), representava o *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Como o problema não residia meramente na natureza específica dos valores de uso produzidos (bens primários ou manufaturados), percebe-se porque a dependência e as chamadas “mazelas sociais” atribuídas ao subdesenvolvimento não foram atenuadas mas *desenvolvidas*, durante o período em que se processou a industrialização. E, como veremos pouco adiante, é

⁷ Para sermos rigorosos com a exposição de Marini (2005: 151-2), o autor considera que a troca desigual responde: (i) à maior produtividade dos capitais sediados nos países de “capitalismo clássico”, quando observada no interior de um mesmo ramo de produção; e (ii) ao “mero fato de que umas [nações] produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade”, quando observada entre ramos distintos. Em Carcanholo (2017: 78-81), é apresentada uma forma sintética de tratar a questão desfazendo-se da imprecisão presente na linguagem com que Marini expõe a questão (que coloca o segundo mecanismo como uma “burla à lei do valor”) mas retendo a força do argumento elaborado pelo autor.

⁸ Mathias Luce (2018: 50) sintetiza as formas assumidas pela transferência de valor (como intercâmbio desigual) como sendo as de: (i) deterioração dos termos de intercâmbio (pela via do comércio); (ii) serviço da dívida (remessa de juros); (iii) remessa de lucros, royalties e dividendos; e (iv) apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais. Para mais detalhes sugere-se consultar em especial o capítulo 1 da referida obra.

também a chave para compreender ainda sua permanência e acentuação nos recentes anos de neoliberalismo.

Mas para dar conta dessa, digamos, permanência na mudança, há que se focar a própria historicidade da dependência, como categoria cuja evolução decorre, em última instância, da própria historicidade do modo de produção capitalista.

Na análise de Frank podemos enxergar uma linha de continuidade direta entre a história colonial latino-americana e sua constituição dependente, configurando o que Santos (2011: 7) chamará de primeira fase da dependência. A esse respeito, deve-se notar que não há dúvidas de que o fenômeno da dependência – uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, para usar uma fórmula sucinta (de Marini) – deva ser compreendido à luz de sua gênese histórica, portanto, levando em consideração o impacto de seu passado colonial; contudo, resta saber se é válida a extrapolação da categoria *dependência* para o período colonial. Mais precisamente do que em Frank e Santos, em linha com o que apontamos anteriormente, Marini busca enfatizar que a dependência é um produto do ingresso latino-americano na produção capitalista no período da grande indústria. A partir dali a dependência latino-americana configura-se pelo viés exportador de matérias-primas e de campo para exportação de capitais dos países imperialistas, na última quadra do século XIX, ainda que, em parte das nações da região, não tardassem a aparecer também tendências industrializantes⁹.

Mais além dessa controvérsia, o que se pode observar é que, para as demais fases históricas da própria dependência, o que temos é, de um lado, a conservação do que podemos chamar de determinantes estruturais da dependência (a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho) matizada sempre, de outro lado, pela transformação em seus determinantes conjunturais (que resultam de uma configuração específica do capitalismo e do modo como cada nação dependente insere-se neste).

Assim, se é verdade que, como observamos anteriormente, o processo de industrialização processado em algumas nações dependentes em meados do século passado deixou intactos os determinantes estruturais da dependência, é verdade também

⁹ Em seu clássico e já referido artigo, Santos (2011: 7-13) considera que se trataria aí de uma segunda fase da dependência – que sucede a dependência colonial e que seria ainda superada por uma “nova dependência”, típica do pós-guerra, quando as corporações transnacionais passam a investir em indústrias que produzem para o mercado interno das economias dependentes. Por outro lado, é importante observar que a análise dessas “grandes fases” toma também em consideração as particularidades das diferentes nações que compõem a região, o que levou Bamberger (2013) a propor uma tipologia que desse conta dessas particularidades, separando os países latino-americanos de acordo com o momento (a fase da dependência) em que se iniciou sua produção industrial e observando como isso impactava diversamente suas estruturas sociais.

que ele pôs a nu o caráter contraditório (dialético) do binômio imperialismo-dependência, revelando que a necessidade de pensar o problema de modo não binário e não maniqueísta. Para parte das nações dependentes, o avanço da industrialização significou uma nova forma de integração com os capitais estrangeiros, que crescentemente controlavam as etapas mais dinâmicas do sistema produtivo, e uma ampliação da produção voltada a um mercado interno amparado no consumo da burguesia (que mantinha inalterada a superexploração). Mas significou também a abertura de um novo mecanismo de compensação para as transferências de valor: por meio da apropriação de parte do mais-valor produzido em outras regiões dependentes, configurou-se o que Marini chamou de subimperialismo¹⁰.

Tudo isso nos ajuda a discutir a historicidade própria à evolução do capitalismo dependente. Quando a teoria marxista da dependência surgiu como força teórica na interpretação da realidade latino-americana, a industrialização crescente da região e a concomitante persistência das chamadas “mazelas sociais” (de outro modo atribuídas ao subdesenvolvimento) eram significativamente os fenômenos que mais atraíam atenção dos estudiosos. Mas desde os anos 1970, quando o neoliberalismo deu seus primeiros passos no “laboratório chileno”, e os anos 1990, quando se tornou hegemônico na América Latina, o conjunto de questões com que a região se depara certamente se alterou. Ou, sendo mais rigoroso, as condições conjunturais da dependência mais uma vez se alteraram, mesmo que reforçando neste movimento as condições estruturais.

Como tem sido amplamente estudado, a crise estrutural que afligiu o modo de produção capitalista iniciada em fins dos anos 1960 pôs em marcha transformações expressivas que, sem entrar em detalhes, se orientavam pela necessidade de aumentar a massa de mais-valor extraída da classe trabalhadora para recuperar a acumulação de capital. Por isso, o conjunto de mudanças operado esteve associado a um ataque frontal à classe trabalhadora, manifesto especialmente pelo ataque aos direitos conquistados (cristalizados na Europa no chamado *welfare state*) e às organizações sindicais – tanto nos centros imperialistas quanto em países dependentes. Contudo, para este último grupo de nações, o novo estado de coisas significou também uma ampliação do grau de dependência: a adesão às políticas comerciais e financeiras liberalizantes e de

¹⁰ Aqui nos concentramos no elemento central desde o ponto de vista econômico, mas convém não perder de vista que o próprio Marini (2005: 179) adverte que “a caracterização do subimperialismo vai mais além da simples economia, não podendo ser levada a cabo se não recorrermos também à sociologia e à política”. Apenas para aludir à questão, deve-se destacar que Marini tinha em mente especialmente a situação atingida pela economia brasileira, naquele período caracterizada não só pelo grau de avanço no processo de industrialização, mas que vivia sob uma ditadura militar com projetos de “potência”.

desmanche do aparelho estatal, preconizadas pelo neoliberalismo a partir daí em voga, contribuíram para aumentar a condição de subordinação e as transferências de valor e, assim, reforçar também a superexploração da força de trabalho.

Para finalizar esta brevíssima recuperação dos argumentos da Teoria Marxista da Dependência, talvez valha a pena tecer três rápidas considerações.

Primeiramente, deve-se enfatizar que, seguindo essa concepção, a qualificação de certas nações como dependentes (ou como imperialistas) remete-se sempre a uma questão de grau, que desde o ponto de vista econômico deve ser considerada tomando em primeiro lugar seu lugar na cadeia de transferências de valor no mercado mundial e o modo como isso afeta as relações internas de produção, conseqüentemente, as próprias condições de vida da classe trabalhadora.

Em segundo lugar, é importante apontar que outros aspectos da conformação do capitalismo dependente, notadamente dos aspectos sociológico, político, cultural etc., que certamente acompanham os determinantes econômicos são cruciais e inseparáveis de uma teoria da dependência. Ainda que não desenvolvamos esses aspectos aqui, por limitação de espaço, não se pode nem concluir por sua irrelevância, nem tampouco cair na fácil armadilha de criticar a teoria marxista da dependência de “economicismo”, crítica recorrente, aliás, contra o marxismo. Por exemplo, desconsiderar esses aspectos levaria a não compreender de que modo são criadas e reproduzidas as tendências próprias do capitalismo dependente; especificamente, como determinadas circunstâncias históricas produzem uma burguesia interna que, por um lado, dispõe-se a coligar-se, em posição subordinada, com os interesses do grande capital estrangeiro, e, por outro, consegue manter sua estrutura de dominação política a despeito das condições degradadas de vida a que maior parte da população encontra-se submetida.

Por fim, é interessante apontar para o modo como se pode considerar as imbricações entre a teoria marxista da dependência e o conhecido e espinhoso tema da chamada “questão nacional” na tradição marxista¹¹. A esse respeito convém, inicialmente, rechaçar aqui a ideia de que, ao denunciar a influência do imperialismo e a conivência das burguesias locais na manutenção de uma condição de, digamos, “subdesenvolvimento”, essa teoria pudesse se coadunar com bandeiras meramente nacionalistas. Desde a perspectiva defendida pela teoria marxista da dependência, na medida em que o capitalismo dependente é produzido (e reproduzido) em sua integração

¹¹ Para uma boa compilação do debate sobre a “questão nacional” ver Balakrishnan (2000).

ao mercado mundial, a única alternativa real de ruptura seria a revolução. Dito de outro modo, não se poderia pensar a luta contra a dependência como luta por um “capitalismo não dependente”, esta deveria, portanto, ser necessariamente a luta contra o capitalismo em si.

Mas, afirmar apenas que a *práxis* associada a essa perspectiva teórica não é meramente nacionalista é insuficiente para afastar todos os problemas colocados no plano do chamado debate sobre a “questão nacional”. Neste caso, surge como problema igualmente central o chamado “direito à autodeterminação” das nações, como problema que se coloca ao lado da própria questão revolucionária e que, segundo algumas noções, em nome de um internacionalismo, sobrepõe a identidade de classe ao próprio problema da subordinação de identidades nacionais que possam coexistir num mesmo Estado nacional.

Percebe-se que este não é um problema menor desde essa perspectiva teórica, por exemplo, quando se considera seriamente a teoria do subimperialismo. É possível ver nos escritos da Teoria Marxista da Dependência uma verve *pan-americanista*, no estrito sentido da busca por uma particularidade que une a história e o destino dos povos latino-americanos. Não obstante, é preciso lembrar que a crítica ao subimperialismo surge também como crítica às propostas de integração latino-americana (propugnadas no seio da Cepal ou de outros organismos nacionais ou supranacionais) que resultavam, em última instância, em propostas favoráveis ao capital; não uma integração de povos, mas de mercados. Isto porque esse tipo de integração regional viabilizaria uma acumulação mais pujante, criando um espaço de valorização mais amplo para capitais sediados em algumas daquelas nações dependentes, redundando no aprofundamento da própria condição de dependência da região como um todo.

Nesse sentido, o que se pode extrair, como marco geral, para considerar a questão nacional, talvez seja a ideia de que a afirmação do problema da revolução contra o capital não apaga o sentido das lutas de nações oprimidas (no seio de um determinado Estado nacional), mas que a luta das nações oprimidas só faz sentido, desde uma perspectiva marxista, se é ao mesmo tempo uma luta contra o capital. O nacionalismo *per se*, como a história mostra abundantemente, pode ser ostentado tanto por forças de esquerda quanto de direita, tanto por revolucionários quanto por conservadores. Mas como observa Vania Bambirra:

Los marxistas deben saber que la lucha de clases en el seno de una nación oprimida pasa por la lucha de clases a nivel internacional y, pese a que

aquella se desarrolla concretamente en el ámbito de las sociedades nacionales —lo que plantea con toda fuerza la problemática nacional—, no está aislada de las características y la dinámica que asume la lucha entre la nación oprimida y la opresora. Por tanto, es necesario dilucidar la confusión que puede generar por un lado aislar, privilegiar la "contradicción mayor", de clase, en detrimento de la contradicción entre nación oprimida y opresora y, por otro, la subestimación del factor nacional, es decir, la forma como las contradicciones entre las clases antagónicas se manifiestan en el nivel de la sociedad nacional. El razonamiento dialéctico determina la estrecha vinculación que hay entre los dos planos de la lucha de clases¹². (Bambirra, 1978: 21)

Em suma, a relação entre o internacionalismo que marca a perspectiva marxista desde seus princípios e as questões nacionais precisa ser considerada não como uma questão de sobreposição da primeira à segunda, mas enquanto luta comum de trabalhadores e povos contra o capital.

Na próxima seção, devemos continuar a lidar com esse problema, mas agora desde outra perspectiva, que em algum momento foi considerada próxima àquela da Teoria Marxista da Dependência, relacionada à categoria colonialismo interno.

Limites e Possibilidades da Categoria Colonialismo Interno

A teoria social latino-americana é composta de várias tradições teóricas, algumas delas mais diretamente reflexo e cópia de teorias importadas de outras regiões, uma manifestação típica do colonialismo eurocêntrico no plano teórico. Entretanto, a mais rica tradição dessa teoria se constitui justamente pela originalidade e criatividade desse pensamento¹³. A teoria marxista da dependência faz parte dessa tradição mais criativa, mas não é a única. A questão que fica é a da possibilidade ou não de diálogo entre os componentes dessa tradição. O capitalismo (dependente) contemporâneo, com todas suas características específicas, explicita uma questão que requer atenção. Essa questão é a que procura ser apreendida pelo conceito de “colonialismo interno”.

Pablo González Casanova não foi o primeiro autor a tratar da questão da opressão interna em determinadas nações após seus processos de independência frente

¹² E mais a frente: “Hoy, cuando las relaciones de dependencia ya han asumido su carácter específico, mediante el cual los capitales imperialistas pasan a controlar el eje central del proceso de acumulación — la industria manufacturera — y a ser parte constitutiva de la economía en el nivel nacional, con todas las implicaciones que eso acarrea en lo que respecta a su injerencia indirecta pero viva en el poder político, cuando esta dominación permea incluso los orígenes de las naciones oprimidas, el imperialismo pasa a ser el enemigo de los pueblos en última instancia, pues las burguesías están íntimamente asociadas a él. En tales condiciones, la ‘contradicción mayor’ de clases es, a la vez, la contradicción entre los intereses del proletariado y sus aliados, vale decir las clases dominadas, en contra de la dominación burguesa-imperialista” (Bambirra, 1978: 22).

¹³ Uma interessante introdução à evolução da teoria social latino-americano encontra-se em Marini e Millán (1994).

ao processo colonial. Ele mesmo remete a, por exemplo, Stavenhagen (19963), Emerson (1960), Coleman (1960), Hoselitz (1962), Dumont (1962), Fanon (1961) e Mills (1961) noções similares. Mesmo assim, Pablo González Casanova foi o autor que mais desenvolveu a relação entre exploração, colonialismo e colonialismo interno¹⁴.

O objetivo do autor, ao propor a categoria, era o de incorporar outras questões concernentes à opressão e exploração mais além daquilo que tradicionalmente é percebido no tratamento dos processos de independência formal, na ruptura ou diminuição da dependência econômica e política de nações/regiões já formalmente independentes, e até dos processos revolucionários socialistas¹⁵.

Nesse sentido, Casanova explicita o objetivo da categoria quando afirma

“el objeto de este trabajo es precisar el carácter relativamente intercambiable¹⁶ de la noción de colonialismo y de estructura colonial, haciendo hincapié en el colonialismo como un fenómeno interno. Se busca con ello destacar, en el interior de las fronteras políticas, un fenómeno que no sólo es internacional sino intranacional, y cuyo valor explicativo para los problemas de desarrollo quizá resulte cada vez más importante, desde el punto de vista interno del desarrollo de las nuevas naciones de África y Asia, como los es para la explicación de las antiguas “nuevas naciones” de América donde existe una sociedad plural, e incluso de aquellas, como México, donde ha habido un proceso de desarrollo y movilización que no ha resuelto el problema de la sociedad plural” (Casanova, 2006a: 186).

Isto significa que, para Casanova, a premissa fundamental para a validade da categoria “colonialismo interno” é a manutenção do que ele mesmo chama de sociedade plural, isto é, uma sociedade constituída a partir de uma união de distintas regiões e/ou etnias com especificidades (pluralidades) tão fortes que isso implica algum tipo de dominação de umas frente a outras. Além disso, em que pese a citação explícita de alguns continentes/países onde a categoria faria sentido, é possível inferir que ela poderia ainda ser utilizada para analisar outras realidades ainda não formadas no momento de identificação da categoria.

¹⁴ Para o surgimento e evolução da categoria de “colonialismo interno”, inclusive dentro da tradição da teoria social latino-americana ver Guillén (2017).

¹⁵ Claramente a preocupação do autor é a de apontar as debilidades das análises marxistas tradicionais que não conseguem perceber/tratar distintas formas de opressão/exploração para além das tradicionais capital-trabalho e nações imperialistas-nações dependentes. Talvez a inspiração aqui seja a debilidade, para dizer o mínimo, como a chamada “questão nacional” é tratada nessa tradição. Tratar-se-ia aqui de uma espécie de “questão intra-nacional”. Isso está claro em Casanova (2006b: 413).

¹⁶ O que Casanova chama de “intercambiabilidade” de uma categoria é a possibilidade que ela tem, dadas algumas premissas, de ser utilizada fora do seu contexto original. Assim, se colonialismo é uma categoria para analisar a relação de exploração que existira entre uma Nação/Estado frente a outra, essa categoria teria um carácter intercambiável se pudesse ser pensada para a relação de exploração dentro de uma mesma Nação/Estado.

A temática das integrações regionais dentro de um continente específico pode se beneficiar dessa ideia. Não é uma casualidade que a retomada neste século de propostas de integração regional alternativa na América Latina e Caribe, frente à hegemonia neoliberal, tenha se apropriado, se não do termo, ao menos das questões propostas pelo “colonialismo interno”. O processo de formação da União Europeia também seria um bom exemplo. O estouro da crise dos chamados PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) na zona do euro, dentro do contexto da crise atual do capitalismo contemporâneo, trouxe a discussão sobre o caráter dependente dessas economias, em relação àquelas mais desenvolvidas dentro da zona, especialmente a Alemanha. Mas mesmo dentro de espaços nacionais relativamente bem constituídos, o “colonialismo interno” ganharia sentido. Na própria Espanha, a questão do País Basco, da Catalunha, dentre outras regiões, torna a categoria “colonialismo interno” bastante atual. Vejamos, portanto, um pouco melhor, as possibilidades e limites dessa categoria, especificamente dentro da perspectiva da teoria marxista da dependência.

Casanova relaciona sua categoria com a dominação/exploração de um povo frente a outro. O colonialismo seria, assim, a dominação/exploração dos nativos pelos estrangeiros, e o colonialismo interno se definiria quando, após o processo de independência formal das “novas nações”, e a correlata criação do Estado-Nação, aparece a dominação/exploração de nativos por nativos. Ele exemplifica isso com a substituição do domínio dos espanhóis pelo dos “criollos” em relação ao povo indígena, na América espanhola, após os processos de independência.

O fato de Casanova remeter a centralidade de sua categoria à formação do Estado-nação e a relação de exploração a estratos sociais frente a outros é um forte indicador de sua filiação teórica ao weberianismo, que explicitamente se propõe a negar as categorias básicas da teoria social de Marx. Para este, por mais importante e específico que seja a “Nação”, o principal é que se trata da formação de Estados dentro da sociabilidade capitalista e, portanto, o capital deve ser a categoria central. Além disso, ainda para Marx, a diferença social entre indivíduos dentro dessa sociedade, as diferentes formas de inserção social, constituem classes sociais distintas. Para Marx, a categoria “classe social” é básica, e as distintas classes sociais se diferenciam por critérios completamente distintos ao da perspectiva weberiana¹⁷.

¹⁷ Outra pista de que o autor procura se distanciar da perspectiva marxista é que ele remete a relação social entre operários e patrões, em seus próprios termos, a uma primeira etapa do capitalismo (2006a: 187). Assim, embora ele não diga, é possível inferir que, para esse autor, nas etapas subsequentes do

Casanova (2006a: 198) é ainda mais claro no seu distanciamento frente ao marxismo quando afirma que

“la estructura colonial y el colonialismo interno se distinguen de la estructura de clases, porque no son sólo una relación de dominio y explotación de los trabajadores por los propietarios de los bienes de producción y sus colaboradores, sino una relación de dominio y explotación de una población (con sus distintas clases, propietarios, trabajadores) por otra población que también tiene distintas clases (propietarios y trabajadores)”.

Este trecho nos permite concluir, claramente, a necessidade de Casanova distanciar-se da perspectiva marxista. O que define, em Marx, as distintas classes sociais?

Ao buscar em *O Capital* o entendimento de Marx sobre as classes sociais não são poucos os que se decepcionam, quando chegam ao último capítulo do livro III (intitulado *As Classes*). De fato, não se pode nem afirmar que se trate de um capítulo acabado. Junto a tantas outras partes do livro III – notadamente a seção V - ele constitui, um texto longe de estar pronto para publicação. Isso repercute sobre o entendimento do que são classes sociais para Marx.

O primeiro a destacar é que esse tema não se encontra apenas naquele capítulo LII do livro III, mas está presente em toda a obra, só que em níveis de abstração distintos. Se entendemos classes sociais por formas distintas de inserção social dos indivíduos dentro da sociedade capitalista, a questão de como os indivíduos se inserem socialmente nessa época histórica está presente desde o início da obra.

Em um primeiro nível de abstração, o mais abstrato, todos os indivíduos no capitalismo são obrigados a comprarem/venderem suas mercadorias, por intermédio de seus valores. Assim, em sua determinação mais abstrata (aparente), todos os indivíduos são iguais; compram a mercadoria alheia para adquirir o direito de realizar seu valor de uso, mas para tanto são obrigados (dever) a venderem suas mercadorias, transferindo o direito de realização de seu valor de uso para o comprador¹⁸. Já deste nível mais abstrato

capitalismo as relações sociais deixem de ter como base a relação capital-trabalho. Esta constatação não permite, entretanto, caracterizar o pensamento de Casanova como um conservadorismo reacionário, ou até um pós-modernismo resignado e anti-revolucionário. Em Casanova (2006b) ele procura se distanciar dessas utilizações errôneas, em sua opinião, da categoria “colonialismo interno”.

¹⁸ Os liberais estão corretos quando afirmam que todos os indivíduos são iguais no capitalismo. Os princípios da liberdade e igualdade (ainda que formal) são conclusões liberais justamente porque possuem uma base real-concreta. No capitalismo, em seu nível mais aparente (abstrato), as relações sociais são intermediadas pela compra/venda de mercadorias segundo seus valores. Como a troca ocorre pelo mesmo valor, a igualdade entre este último é que permite o reconhecimento (determinação) da igualdade entre esses indivíduos. Daqui é fácil perceber como a temática das classes sociais em Marx é inseparável do fetichismo/alienação.

de determinação do ser social no capitalismo pode-se concluir que o valor de uso (a mercadoria concreta que se produz no processo de trabalho) não pode ser um critério para diferenciar as classes sociais, uma vez que a igualdade do valor (igualação de um trabalho privado, de um indivíduo, com outro) requer, para que a troca seja realizada, valores de uso distintos¹⁹.

Entretanto, este nível de determinação (mais abstrato e aparente) não é o único. Marx percebe isso, e em sua exposição, no item 1 do capítulo 4 do livro I (*A fórmula geral do capital*), nos apresenta um segundo nível de determinação das distintas formas de inserção social. Se é verdade que, no capitalismo, somos todos, necessariamente, compradores e vendedores, existem aqueles que, inicialmente, vendem suas mercadorias em troca de dinheiro (M – D) para, em um segundo momento, por intermédio do dinheiro, comprarem a mercadoria que, no final das contas, era o objetivo desde o início (D – M´). Assim, no que Marx chama de circulação simples de mercadorias temos indivíduos que vendem para comprar, e fazem isto cotidianamente na reprodução de suas vidas dentro do capitalismo.

Mas se, em algum momento, alguém vende, é porque outro está comprando. E se, em um momento seguinte, aquele primeiro vai comprar, é porque outro estará vendendo. Desta forma, a conclusão óbvia é que, nessa mesma reprodução cotidiana da vida no capitalismo, alguns indivíduos vendem para comprar e, portanto, reproduzem suas vidas dentro da lógica da circulação simples de mercadorias, outros, necessariamente, reproduzem suas vidas comprando para vender (D – M – D´), dentro do que Marx chamará de circulação capitalista de mercadorias²⁰. Estas duas formas, distintas, opostas, de inserção social dentro da mesma época histórica do capitalismo, é

¹⁹ Além da mistificação liberal de considerar todos os indivíduos iguais, restringir-se a este nível mais abstrato de determinação da inserção social ainda corre outro risco. A partir desta última conclusão, pode-se crer que o critério para as distintas classes sociais seria a magnitude do valor apropriada pelos distintos indivíduos. Isto nos aproximaria tanto de uma concepção mais weberiana, como da forma tradicional como a sociologia contemporânea divide as sociedades (ricos, pobres e classe média). Como veremos, isto é completamente estranho a Marx.

²⁰ É muito comum até os dias atuais, dentro do marxismo, confundir este segundo nível de determinação das inserções sociais (circulação simples de mercadorias X circulação capitalista de mercadorias) como se fossem fases históricas distintas. Nesta interpretação, a circulação simples de mercadorias corresponderia a uma época da economia mercantil simples. Com o “aparecimento” posterior do capital, a história teria passado para a economia mercantil capitalista. A origem deste equívoco pode ser identificada na interpretação própria de Engels no final de sua vida, tanto em seus próprios escritos, como nas revisões das novas edições de textos de Marx. Para este último autor, entretanto, nada seria mais estranho ao seu próprio pensamento do que essa confusão.

o primeiro momento (embora seja o segundo nível de determinação, mais concreto que o primeiro) em que se percebe classes sociais distintas, opostas²¹.

Logo em seguida, no item 3 do mesmo capítulo 4 do livro I, quando trata da necessidade do capital (circulação capitalista de mercadorias) encontrar no mercado uma mercadoria especial, que tenha condição de transformar as mercadorias compradas (meios de produção) em outra mercadoria (tanto em valor de uso como em valor valorizado) para ser vendida, Marx nos fornece um terceiro nível de determinação, mais concreto ainda, para as classes sociais. Para que o capital consiga superar – no sentido dialético – as contradições de sua fórmula geral, ele necessita comprar no mercado a capacidade de trabalho, e não o trabalho pronto, acabado, objetivado. Por isso a mercadoria força de trabalho é fundamental para o capitalismo e, a partir dali, Marx vai estudar as condições históricas necessárias para a (re)constituição dessa mercadoria especial.

O que nos importa aqui, entretanto, é o ponto de vista do vendedor da força de trabalho. Por que um indivíduo venderia sua força de trabalho para outro? Porque ele mesmo não produziria a mercadoria final que seria levada ao mercado, o que lhe permitiria apropriar-se de todo o valor produzido nesse processo produtivo? A resposta é simples, porque ele não consegue. E por que não consegue? Porque não dispõe dos meios de produção (matéria prima, matérias auxiliares, máquinas, equipamentos, etc.) necessários para tanto. O único que ele dispõe, sua única propriedade, é a capacidade de trabalho. Para nós isso é importante porque a classe trabalhadora²², oposta dialeticamente à classe capitalista, será apenas esta, e não qualquer indivíduo que venda para comprar, porque neste nível mais abstrato, é perfeitamente possível alguém que

²¹ A tentativa para concluirmos, rapidamente, que os indivíduos que se inserem pela circulação capitalista são os capitalistas (o que é correto) e os que se inserem pela circulação simples são os trabalhadores é muito forte. Entretanto, aqueles que vendem para comprar ($M - D - M'$), neste seu aspecto meramente formal, sem entrar em consideração sobre a mercadoria que foi vendida, podem vender mercadorias acabadas, e não apenas a força de trabalho.

²² O termo aqui é muito importante! Marx nunca se referiu ao proprietário da força de trabalho como sendo o operário fabril industrial. Este é outro erro muito comum dentro do marxismo. Não importa o valor de uso (M') produzido no processo de produção. A classe trabalhadora se define pelo fato de que ela não tem alternativa para sobreviver a não ser vendendo sua força de trabalho para o capital. Que este venda um valor de uso produzido na agricultura, no chamado setor industrial, no setor terciário, etc. não importa! Uma vez mais, não é o valor de uso o critério para as classes sociais, mas a relação social específica que constitui o processo, independente do que se produza. A importância disto se reflete, por exemplo, na temática do sujeito revolucionário e da atualidade (ou não) da teoria social de Marx. Este erro costuma vir acompanhado também da interpretação do termo “capital industrial” em Marx como se fosse restrito a indústria, setor secundário. Uma simples leitura da seção I do livro II já permitiria eliminar esse equívoco.

possua os meios de produção, produza uma mercadoria M, a leve ao mercado para trocar por D e, com este, compre outras mercadorias que necessita²³.

Poderíamos continuar analisando a obra *O Capital*, identificando os distintos níveis de abstração na temática das classes sociais, mas isto nos afastaria em demasia do nosso objeto. Basta mencionar, por último que, no já citado capítulo LII do livro III, Marx adiciona ao que ele chama de três grandes classes do modo de produção capitalista, além de capitalistas e trabalhadores, os proprietários da terra²⁴. Em nossa interpretação, a classe dos proprietários da terra entra aqui para representar os proprietários do espaço onde a produção capitalista ocorre (uma vez mais, não necessariamente apenas na agricultura) e, por isso, cobram uma renda pela utilização desse espaço. Portanto, esta classe representa os indivíduos que meramente se apropriam de uma fração do valor produzido, não participando em nada do processo direto de produção capitalista do valor.

Em termos resumidos, é assim que Marx entende as classes sociais. Casanova, como vimos, nega explicitamente esse critério para a estratificação social. Então, qual é o critério que ele utiliza? Ele nos afirma que se trata do domínio/exploração de uma parte da população (que contém capitalistas e trabalhadores) por outra parte da população (que também contém capitalistas e trabalhadores), mas qual é seu critério para diferenciar as distintas partes dessa população interna, o que definiria o colonialismo interno? Segundo ele mesmo (Casanova, 2006a: 197), “el colonialismo interno corresponde a una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos” (Casanova, 2006a: 197) dentro de uma mesma Nação.

Isto é muito importante porque a categoria “colonialismo interno”, segundo o autor, não significaria diretamente a dominação de um local dentro de um país sobre outro, diretamente, mas a dominação/exploração de uma determinada parte de sua população por outra²⁵. Isto já o diferencia de uma perspectiva contemporânea que

²³ Aqueles que vendem para comprar ($M - D - M'$), mas que possuem os meios de produção, portanto não fazem parte da classe trabalhadora, podem ser enquadrados dentro de uma categoria intermediária como a dos produtores independentes.

²⁴ O autor não se esquece, entretanto, de que estágios intermediários e de transição entre as três grandes classes encobrem ou mistificam as determinações/limites entre as mesmas. Explicitamente o autor nos mostra que ele conhece a realidade concreta, onde distintas frações de classe se confundem, e estas distinções são determinadas pelas distintas conjunturas e eventualidades sociais próprias dos processos históricos.

²⁵ Ainda que, em alguns momentos, o próprio autor se confunda, o que é relativamente comum no tratamento da temática. Assim, por exemplo, ele nos diz “no es lo mismo que el capitalismo surja en un país dominante o en un país dependiente, que surja en un país que explota a otro país o en un país que es

interpreta a economia política internacional a partir de uma noção de hegemonia entre nações, sem qualquer substrato de estratificação social dentro das nações, como se fosse apenas a dominação diretamente de uma nação frente a outra, sem nenhuma estratificação social como base constitutiva dessas nações. Mas, no que nos interessa aqui, o critério de Casanova para esta estratificação social é, claramente, a distinção cultural dos grupos sociais, o que o aproxima muito mais de uma visão pós-moderna a este respeito²⁶.

Para o autor, a categoria ainda se relaciona diretamente com a chegada ao poder nacional de frações dos povos nativos. Segundo ele

“la definición del colonialismo interno está originalmente ligada a fenómenos de conquista, en que las poblaciones de nativos no son exterminadas y forman parte, primero, del Estado colonizador y, después, del Estado que adquiere una independencia formal, o que inicia un proceso de liberación, de transición al socialismo o de recolonización y regreso al capitalismo neoliberal” (Casanova, 2006b: 410).

Dessa forma, quando uma parte da população nativa chega a fazer parte do Estado colonizador e, portanto, a participar, em menor ou maior grau do poder, se habilita a – após o processo de independência formal – oprimir/explorar, através do Estado, outras partes dessa população nativa.

De uma forma ou de outra, a proposição original de Casanova para a categoria “colonialismo interno” tem uma preocupação genuína e muito importante com a questão das distintas nacionalidades e etnias, dentro de um mesmo espaço geográfico, o Estado-Nação, por exemplo. De fato, para uma formação sócio-econômica multiétnica, a mera independência formal das nações imperialistas, a redução ou ruptura com o caráter dependente do processo de acumulação de capital mundial, e até a revolução socialista que porventura essa formação conquistar, não são garantias de que a opressão e exploração sejam extintas. A preocupação diz respeito a uma questão real-concreta que os processos de liberação das sociedades dependentes tiveram – e terão – que enfrentar.

explotado por otro país” (Casanova, 2006a: 209). Exploração de um país por outro, sem a mediação da estratificação social, é o que ele sustenta neste trecho específico. Na verdade, independente de alguma confusão em determinados trechos, Casanova (2006a: 233) propõe a categoria de exploração em dois níveis, exploração de classe e exploração de nações. No segundo momento sua inspiração é weberiana e no primeiro, como veremos, o pós-modernismo culturalista.

²⁶ Esta é outra pista para a reiterada necessidade do autor em se distinguir de qualquer influência marxista. É muito comum dentro tanto do weberianismo como do pós-modernismo essa necessidade recorrente de se demarcarem em campos opostos à teoria social de Marx.

A questão aqui é se a categoria “colonialismo interno”, com todos seus pressupostos teóricos e políticos, dá conta dessa questão real.

No objetivo que nos propomos aqui, trata-se de avaliar, portanto, as possibilidades de tratamento dessa importante questão no referencial da teoria marxista da dependência.

Seria possível continuar utilizando o conceito de “colonialismo interno” dentro de uma teoria da dependência com base marxista? Em primeiro lugar, e isto é importante, a teoria marxista da dependência é incompatível com qualquer aspecto da teoria social weberiana, ou com qualquer visão “culturalista”, típica do pós-modernismo abertamente anti-marxista, por razões já apontadas. Assim, para utilizar a noção de “colonialismo interno”, a partir de uma teoria marxista de dependência, seria necessário expurgar essa noção de qualquer base teórica a partir de Weber, uma vez que a proposição inicial dessa noção, como vimos, é de inspiração weberiana. Se esse procedimento fosse bem sucedido, restaria da noção de “colonialismo interno” apenas o termo, sem nenhuma base teórica weberiana.

Casanova (2006: 186) parece ter isso bem claro, uma vez que não relaciona a categoria de “colonialismo interno” diretamente com a teoria da dependência, que ele bem conhecia dos debates na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) dos anos 70 do século passado, mas com a de “neocolonialismo”, o que nos leva à pergunta sobre a proximidade ou diferença entre as duas categorias, “dependência” e “neocolonialismo”²⁷. Este último, quando entendido como a manutenção - sob outras formas - do processo de dominação das grandes potências mundiais frente às regiões que formalmente se tornaram formalmente independentes, poderia conter o mesmo sentido teórico da categoria “dependência”. Por que, então, termos distintos para um

²⁷ O termo “neocolonialismo” é bastante utilizado e, invariavelmente, com sentidos distintos. Na maior parte das vezes ele é utilizado para se referir à dominação político-econômica das grandes potências ao longo do século XIX e início do XX. Rotineiramente é um termo utilizado para se demarcar em campo teórico oposto ao marxismo, que utiliza a categoria “imperialismo”. Ainda é usado para se referir a esse domínio no século XX, após os processos de independência formal de países na Ásia e África. O comum entre as duas acepções é seu distanciamento, maior ou menor, com a categoria marxista de “imperialismo”. Um debate correlato, surgido no Brasil na virada deste século, levantou-se a partir de Plínio Arruda Sampaio Jr. (1999). Partindo de uma análise que se ampara, tanto na teoria do imperialismo, quanto em autores de formação e inclinação política bastante díspares (Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado), Sampaio Jr. toma a crise do desenvolvimentismo (e da industrialização pesada), no contexto da globalização e do neoliberalismo, como uma interrupção do processo de construção nacional, capaz de dar ímpeto a um processo que ele chama de reversão neocolonial. Seria um exercício interessante, mas que escapa ao escopo deste artigo, comparar esta interpretação – sem dúvida capaz de levantar uma série de questões pertinentes e atuais – com a perspectiva, em alguns pontos convergente, da teoria marxista da dependência.

presumível conteúdo teórico similar? Não é algo inocente, ingênuo. Termos distintos para um mesmo – ou similar – processo costumam sinalizar teorias distintas.

Ao menos no que diz respeito à relação entre dependência (o termo, e não seu uso pela teoria marxista da dependência) e colonialismo, Casanova (2006a: 192) é claro quando afirma que

“...se puede abordar el estudio del colonialismo y la dependencia, por el monopolio que un país ejerce sobre otro. En la medida en que ese monopolio se acentúa, se acentúa el coloniaje y viceversa. Es este monopolio el que permite explotar irracionalmente los recursos de la colonia, vender y comprar en condiciones de desigualdad permanente, privando al mismo tiempo a otros imperios de los beneficios de este tipo de relaciones desiguales, y privando a los nativos de los instrumentos de negociación en un plan igualitario, de sus riquezas naturales y de una gran parte del rendimiento de su trabajo”.

Mas como a chamada questão da dependência não é tratada apenas pela teoria marxista²⁸, Casanova pode relacionar o colonialismo interno e a dependência, sem com isso reivindicar a tradição da teoria social de Marx.

Se as teorias sociais weberiana e marxista são incompatíveis, seria impossível tratar a categoria “colonialismo interno”, com todos seus pressupostos teóricos e políticos a partir de Weber, dentro da teoria marxista da dependência. Mas, se é possível pensar, com base na teoria social de Marx, a subordinação de um capital que produza em um local frente a outro estabelecido em outro local, dentro de um mesmo espaço nacional ou regional, e utilizarmos o termo “colonialismo interno” para isso, sem sua base teórica weberiana, nossa pergunta aqui ficaria reduzida a: é possível pensar a dependência de uma região frente a outra dentro de um mesmo espaço nacional ou regional?

A resposta aqui seria positiva e, portanto, seria possível utilizar o termo – nada mais do que isso – “colonialismo interno” dentro de uma teoria marxista da dependência, mas para isso seriam necessários ao menos três requisitos.

O primeiro requisito, obviamente, é que a categoria básica de análise não pode ser a de “nação”, ou no caso “região”. Se a teoria de base é a de Marx, para este não faz

²⁸ Dussel (1985) se nega a tratar a dependência como uma *teoria*. Para ele, trata-se de uma *questão*, uma característica das economias que sofrem os processos de dominação imperialista, ou neocolonial. Aceitando que se trate de uma *questão*, isto é, de um fato a ser explicado/entendido, uma teoria que procure compreender esse fato não seria uma teoria do fato? Ou seja, uma teoria que explique a dependência não seria uma teoria da dependência? Independentemente dessa confusão terminológica de Dussel, é claro que uma mesma questão pode ter distintas teorias para explicá-las. No caso da dependência, a teoria marxista não é a única versão existente. A mais difundida, inclusive, é a explicação weberiana, explícita, por exemplo, em Cardoso e Faletto (1969). Para uma comparação crítica entre as teorias marxista e weberiana da dependência ver Carcanholo (2017).

sentido uma nação/região explorar outra²⁹. O “colonialismo interno”, portanto, teria que ser tratado como uma categoria, em um plano mais concreto, que tem em sua determinação mais abstrata o valor que se valoriza, isto é, o capital. Esta, dentro de uma teoria marxista da dependência, é que deve ser a categoria central, determinante.

O segundo requisito, como vimos, é que a relação entre dependência/imperialismo tem seus determinantes estruturais a partir dos distintos processos de transferência de valor. Assim, “colonialismo interno” é algo que só faria sentido dentro de uma teoria marxista da dependência se forem identificados mecanismos de transferência de valor entre capitais que operem em uma nação/região e outros que operem em outra nação/região. Só a partir disso é que a superexploração apareceria como elemento constituinte da dependência nesse outro nível, o do “colonialismo interno”.

Por último, mais além dos mecanismos de transferência de valor dentro de um mesmo espaço nacional/regional, o termo “colonialismo interno”, entendido como o poder/opressão de uma parte da população (uma classe social ou fração de classe) sobre outra, no momento em que toma o controle do Estado, pode ser incorporado pela teoria marxista da dependência. Como vimos, este era o sentido original do termo proposto por Casanova. Isso, entretanto, não seria nada mais do que incorporar na análise da dependência o que algumas vezes é chamado de autonomia relativa do Estado e do poder político nas formações sociais dependentes.

Este terreno é típico das críticas weberianas a Marx. Para essas críticas, Marx não teria uma teoria do Estado ou do político, porque esse autor determinaria todas as relações sociais no capitalismo a partir do econômico. É a famigerada acusação de “economicismo” sofrida por Marx reiteradamente, como já mencionamos. Ao contrário disso, um dos sentidos do subtítulo de *O Capital*, é justamente criticar a forma (economicista) como a economia política interpreta – no melhor dos casos – o capitalismo. É, portanto, uma crítica ao economicismo! Se capital é o valor que se valoriza, e o valor é a forma (estranhada/alienada) por meio da qual as relações sociais se estabelecem/determinam no capitalismo, a temática é, desde o início, essas relações sociais capitalistas, e não seu aspecto estritamente econômico. Só acha que Marx é economicista quem interpreta o valor como sendo sinônimo de preço, em sua

²⁹ “É, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (Marx, 1988, vol. V, tomo II: 275).

determinação meramente quantitativa, ou seja, quem acredita que Marx é apenas mais um ricardiano³⁰.

É perfeitamente possível ter uma explicação sólida do Estado e do poder político no capitalismo, a partir de Marx³¹, assim como o tratamento dessa questão nas formações sócio-econômicas dependentes, de alguma forma, já vem sendo feito³².

A conclusão a que podemos chegar com tudo isto é que a problemática que procura ser apreendida pela categoria “colonialismo interno” – a opressão/dominação de partes da população frente a outras, dentro de um mesmo espaço nacional/regional – é uma característica concreta das formações sociais capitalistas. Portanto, uma teoria sobre o capitalismo – qualquer que seja ela – deve dar conta dessa problemática. Entretanto, a simples utilização da categoria “colonialismo interno”, da forma como foi originalmente proposta, e com todos os pressupostos teóricos, políticos e filosóficos que ela possui, é incompatível com a teoria social de Marx. A conclusão, em última instância, não poderia ser outra: a teoria marxista da dependência deve necessariamente tratar a questão desde o ponto de vista da teoria social de Marx, sob pena de ainda poder ser uma teoria da dependência, só que não marxista.

Referencias Bibliográficas

Bambirra, Vania (1978) Teoría de la dependencia: una anticrítica. México, DF: Ediciones Era.

Bambirra, Vania (2013) O capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular.

Balakrishnan, Gopal (Org.) (2000) Um mapa da Questão Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto.

Carcanholo, Marcelo (2017) Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones.

³⁰ Que o próprio capitalismo expresse/determine as relações sociais por intermédio da compra/venda de mercadorias segundo seus valores, isso só nos leva à conclusão de que o capitalismo – ele mesmo, em sua realidade concreta – é “economicista”! Isto, aliás, nos ajuda a entender como as teorias – e não só as econômicas – que procuram entendê-lo caem recorrentemente no economicismo. Marx era crítico do economicismo da economia política, e não mais um dos membros dessa ciência lúgubre, quando é ciência.

³¹ Ele mesmo nos forneceu várias pistas em alguns textos, principalmente de análise da conjuntura histórica, e a longa tradição do marxismo nessa área também nos ajudaria. O que certamente não encontraremos em Marx é uma análise do Estado e do poder político reivindicada pelos weberianos. Marx não foi um weberiano *avant la lettre*, para a sorte dele!

³² Ver, por exemplo, Osorio (2014).

- Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo (1969) *Dependencia y Desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*, México, Siglo XXI Editores.
- Casanova, P. G. (2006a) *Sociología de la Explotación*. Buenos Aires: CLACSO.
- Casanova, P. G. (2006b) *Sociología de la Explotación*. In Borón, A., Amadeo, J. & González, S. (Comps.) *La Teoría Marxista Hoy*. Buenos Aires: CLACSO.
- Coleman, James S. (1960) "The Political Systems of the Developing Areas". In Almond, G. A. & Coleman, J. S. *The Politics of the Developing Areas*. New Jersey: Princeton University Press.
- Deus, Leonardo G. de (2015) "Marx em tempos de MEGA: os planos e o plano de *O Capital*" In *Estudos Econômicos*, v.45, n.4, São Paulo, Oct.-Dec.
- Dumont, René. (1962) *L'Afrique Noire est mal Partie*. Paris: Editions du Seuil.
- Dussel, Enrique (1985) *La Producción Teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI Editores.
- Emerson, Rupert (1960) *From Empire to Nation. The Rise of Self Assertion of Asian and African Peoples*. Cambridge, Massachussets, Harvard University Press.
- Fanon, Frantz. (1961) *Les Damnés de la Terre*. Paris: Maspero.
- Frank, Andre Gunder (1967) "El desarrollo del subdesarrollo". In *Pensamiento crítico*, Habana, n. 7, ago.
- Guillén, Jaime Torres (2017) *El Concepto de Colonialismo Interno. Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo*, UNAM, México, disponible em: (http://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/641trabajo.pdf?PHPSESSID=a21a0885708f3ecd6616be32c5dcd2c9).
- Hoselitz, Bert F. (1962) *Sociological Aspects of Economic Growth*. Glencoe: The Free Press.
- Luce, Mathias (2018) *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marini, Ruy Mauro (2005) "Dialética da Dependência". In Traspadini, Roberta & Stedile, João Pedro (Orgs.) *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marini, Ruy Mauro; Millán, Mária (Comps.) (1994) *La Teoría Social Latinoamericana: textos escogidos*. 4 tomos. México, DF: UNAM.
- Marx, Karl (1988) *O Capital: crítica da economia política*. V volumes, São Paulo: Nova Cultural.

- Marx, Karl (2011) *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Mills, Charles W. (1961) “The Problem of Industrial Developments”. In *Power, Politics and People. The Collected Essays of C. Wright Mills*. New York: Oxford University Press.
- Montoro, Xabier A. (2014) *Capitalismo y Economía Mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía.
- Osorio, Jaime (2014) *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões.
- Pradella, Lucia (2015) *Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights of Marx’s writings*. New York: Routledge.
- Rosdolsky, Roman (1978) *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. Biblioteca del Pensamiento Socialista. México: Siglo XXI.
- Sampaio Jr., Plínio de Arruda (1999) *Entre a Nação e a Barbárie: dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, Theotonio. (2011) “A estrutura da dependencia”. In *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 30, p. 5-18, out.-dez.
- Stavenhagen, Rodolfo (1963) “Clases, colonialismo y aculturación. Ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica”. In *América Latina. Revista do Centro Latinoamericano de Investigaciones em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 4, outubro-dezembro.
- Sweezy, Paul M. (1945) *Teoría del Desarrollo Capitalista*. México: Fondo de Cultura Económica.